



ucun

UNIVERSIDADE CRISTÃ CONHECIMENTO e LIDERANÇA AVANÇADA

Sumário

O nascimento do cristianismo	8
Os primórdios do cristianismo	8
A chegada do Messias	10
O cristianismo apostólico e as perseguições	11
Propagação global do cristianismo: uma perspectiva histórica	12
Martyrium dos cristãos como espetáculo: uma narrativa de perseguição	13
As perseguições	14
A interação entre a Igreja e o Estado	18
Patrística: os Pais Apóstolos	21
Identidade e significado dos Pais da Igreja	21
Síntese abrangente da Patrística	23
Classificação dos Pais da Igreja	24
Breves biografias dos Pais Apostólicos	25
Clemente de Roma (30 - 100)	25
Inácio de Antioquia (xxx – 117)	26
Policarpo (69-159)	27
Justino - O Mártir (100-170)	27
Ireneu (130-200)	
5.6 Tertuliano de Cartago (155-220)	28
Orígenes (185-254)	29
Cipriano (200 – 258)	29
Eusébio de Cesareia (265-339)	
Atanásio (300-373)	30
Jerônimo (345-420)	31

Crisóstomo (aprox. 344-407)	31
Agostinho (354-430)	31
Os heresiarcas e suas doutrinas	32
Heresia no pensamento contemporâneo	33
Márcion (aprox. 95-165)	34
Gnosticismo	34
Montano (aprox. 120–180)	35
Sabélio (aprox. 180–250)	36
Mani (aprox. 216 – 277)	37
Ário (aprox. 256–336)	38
Apolinário (aprox. 310–390)	38
Nestório (aprox. 375–451)	39
Pelágio (aprox. 360–420)	39
Eutíquio (aprox. 410–470)	40
Cristianismo Medieval	41
Cristianismo Ocidental	41
Clistiallisillo Ocidelital	
Cristianismo oriental	
	43
Cristianismo oriental	43 44
Cristianismo oriental	43 44 46
Cristianismo oriental As cruzadas	43 44 46
Cristianismo oriental As cruzadas A Inquisição Cronologia do horror	43 46 46 48
Cristianismo oriental As cruzadas A Inquisição Cronologia do horror A escolástica Antecipações da Reforma Protestante	43 46 46 48
Cristianismo oriental	43 46 46 48
Cristianismo oriental As cruzadas A Inquisição Cronologia do horror A escolástica Antecipações da Reforma Protestante	43 46 46 48 50



Introdução

A importância do estudo da história da Igreja cristã

A reflexão sobre as raízes históricas da fé cristã emerge como uma imperativa para todos os cristãos, considerando sua natureza intrinsecamente histórica e a apelação aos eventos do passado como elementos fundamentais para sustentar sua veracidade. No âmbito da apologética, uma vertente destacada da teologia, a apologia histórica se desdobra em diversas categorias, sendo uma delas a apologia histórica, cujo propósito reside na extração de evidências que atestem a singularidade empírica da fé cristã. Torna-se de extrema relevância que os cristãos se aprofundem no conhecimento da trajetória histórica de sua religião, compreendendo seus primórdios, triunfos e transformações, dado que um entendimento superficial desses elementos dificultaria a compreensão de muitas doutrinas.

A Igreja, enquanto entidade transcendendo sua dimensão como instituição religiosa, constitui a narrativa de um povo redimido por intermédio do sacrifício de um Deus amoroso. Esta é a evidência viva da intervenção divina na história da humanidade, onde Deus se revela e age no tempo e no espaço em favor de seu povo eleito e peregrino. A Igreja, edificada pelo sacrifício de seu Fundador, Jesus Cristo, tece sua história em meio a perseguições imperiais e desvios heréticos daqueles que se autodenominam líderes. Entre os períodos de corrupção e os momentos de glória e fervor, a Igreja persiste ao longo dos séculos, emergindo vitoriosa, impulsionada pela promessa daquele que afirmou que "as portas do inferno não prevalecerão contra ela" e que é seu sustentáculo e alvo supremo.

Assim, delineia-se a narrativa da igreja cristã como uma saga marcada por lágrimas, sangue e dedicação à causa de seu Fundador, Jesus Cristo. Nesse contexto, o estudo da história da Igreja cristã assume uma importância primordial, não se restringindo apenas aos alunos de teologia, mas se revelando como um imperativo para todos os cristãos que buscam compreender suas origens.

Objetivos

- Compreender as origens e influências do cristianismo primitivo, explorando as contribuições fundamentais do judaísmo, do Império Romano e da cultura grega para o desenvolvimento inicial do cristianismo; e analisar o impacto da chegada do Messias e seu significado para os primeiros seguidores cristãos.
- Investigar as perseguições enfrentadas pelo cristianismo apostólico, estudando as implicações políticas, religiosas, sociais e econômicas das perseguições aos cristãos ao longo dos séculos; e compreender a interação entre a Igreja e o Estado durante esses períodos de perseguição.
- Explorar o legado dos Pais Apóstolos e dos Pais da Igreja, identificando os principais Pais Apóstolos e sua contribuição para a teologia cristã primitiva; e classificar e compreender as diferentes categorias de Pais da Igreja, como os Pais Apologistas, Polemistas e outros.
- Analisar as heresias e controvérsias teológicas no cristianismo, investigando as principais heresias que surgiram ao longo da história do cristianismo e seus líderes, como o Gnosticismo, o Arianismo e o Pelagianismo; e compreender as controvérsias teológicas e os debates que moldaram a ortodoxia cristã.

O nascimento do cristianismo



Figura 1 - Ressurreição de Jesus Cristo

Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Uma ilustração realista de Jesus Cristo visto de costas, saindo de seu túmulo após ressuscitar.

Os primórdios do cristianismo

A compreensão da origem de Cristo e do surgimento do cristianismo durante a era dos césares apostólicos demanda uma imersão no contexto histórico, sociocultural, político e religioso do primeiro século da era cristã. O advento de Cristo e sua doutrina é intrinsecamente ligado às

contribuições do antigo mundo, cujo papel na preparação do cenário para o plano de salvação divino se revela notável. Destacam-se, sobretudo, as influências dos judeus, romanos e gregos, cujas contribuições serão brevemente exploradas.

Contribuição judaica: aspectos religiosos e éticos

A mentalidade religiosa judaica, marcada pela expectativa iminente de um Messias, desempenhou um papel fundamental na receptividade da mensagem de Jesus como o Messias prometido. Além disso, o monoteísmo rígido, oriundo da religião mosaica, com sua ética moralista fundamentada na lei de Moisés, criou um ambiente psicologicamente propício para a aceitação de um messias.

Contribuição romana: elementos políticos e infraestruturais

O domínio do Império Romano no período de Cristo conferiu-lhe uma posição central, facilitando a disseminação da mensagem cristã. A extensão do império e a unificação de povos foram facilitadas pela infraestrutura de estradas e cidades romanas, enquanto a expansão territorial pelas conquistas militares possibilitou a propagação do evangelho em regiões distantes. O uso universal das línguas latina e grega facilitou a transmissão das boas novas.

Contribuição grega: impacto cultural e linguístico

A riqueza cultural grega se destacou pela língua, culminando na redação integral do Novo Testamento em grego. Além disso, as ideias dos filósofos gregos instigaram a busca por respostas para questões existenciais, fornecendo um terreno fértil para o evangelho, que oferecia respostas coerentes a indagações sobre a vida, o ser, Deus e o propósito da existência.



Síntese

Essas contribuições convergentes proporcionaram o ambiente propício para a vinda do Filho de Deus, marcando uma época singular e predestinada, sem paralelos em toda a história. Os judeus, com sua contribuição religiosa, os romanos, com seu impacto político, e os gregos, com sua influência cultural, constituíram elementos cruciais nesse cenário histórico.

A chegada do Messias



O povo assentado em trevas contemplou uma imensa luz, e aos que jaziam na região e sombra da morte, a luz despontou. (Mateus 4.16)

#paratodosverem: Uma ilustração realista de Jesus Cristo em pé sobre uma montanha, observando o planeta terra abaixo.

Yeoshua (Jesus), nascido de Miriam (Maria) e casado com Yussef (José), um carpinteiro, emerge na narrativa histórica. Seu lar inicial foi em Nazaré, uma localidade isolada nas montanhas da Galileia, próxima à vital rota que conectava Mesopotâmia ao Egito. Residiu ali durante sua infância, imerso na cultura judaica, tornando-se um habitante entre os habitantes. Em um contexto global, Tibério governava Roma, enquanto Herodes exercia sua autoridade na Galileia. Enquanto Roma, com sua formidável força militar, expandia seu domínio, uma força mais transcendental, capaz de conquistar almas, se manifestava em Jesus de Nazaré, um ser que desafiaria o Império Romano e, posteriormente, o veria prostrar-se vencido.

Esse homem, de nome Jesus, destacou-se de maneira singular ao sobrepujar as expectativas, conquistando vidas mais profundamente do que Roma poderia almejar. Ele não era apenas um homem comum, mas alguém cuja influência transcenderia os limites humanos, cumprindo profecias antigas que apontavam para sua vinda como o Messias.

Durante seus três anos e meio de ministério, Jesus cativou multidões através de seus atos poderosos e de suas palavras verdadeiras. Sua vida se tornou a materialização das profecias, culminando na crucificação, uma morte que marcaria não o término, mas o início de uma nova era. Sua ressurreição desencadeou uma transformação radical, e dois mil anos de história são testemunhas contundentes de que sua chegada ao mundo foi cuidadosamente orquestrada, cumprindo suas próprias declarações de "cumprir o que estava escrito".

Desde então, o calendário histórico foi dividido entre antes e depois de sua presença na Terra. Jesus se tornou o ponto focal da história e o pivô que definiu as almas e a humanidade. Sua vida, palavras e feitos tornaram-se incontestáveis, estabelecendo um eixo central ao qual a História se prende e gira.

O cristianismo apostólico e as perseguições



Figura 3 - Ascensão de Jesus Cristo

Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Uma ilustração da ascensão de Jesus Cristo, ao centro e iluminado, rodeado por apóstolos e discípulos.

Propagação global do cristianismo: uma perspectiva histórica



E ser-me-eis testemunhas, tanto em Jerusalém como em toda a Judéia e Samaria, e até os confins da terra. (At 1.8

#paratodosverem: Uma mão com a palma para cima segura uma bíblia fechada. Sobre a bíblia há um globo terrestre.

A instrução de Jesus, registrada em Atos 1.8, delineia a expansão progressiva do cristianismo desde Jerusalém até os confins da terra. O grupo inicialmente vinculado ao exclusivismo judaico, gradativamente, desvincula-se de suas raízes religiosas. Com a atuação de Paulo, a mensagem do evangelho alcança projeção mundial, tanto geograficamente por meio de seu trabalho missionário quanto culturalmente ao expor a mensagem cristã dentro dos conceitos gregos. Seu pensamento vigoroso, amalgamado por elementos judaicos e não judaicos, possibilita ao Espírito Santo fazer de suas cartas uma boa nova para toda a humanidade, conforme expresso em Colossenses 1.5b, 6a.

Por volta do ano 100 d.C., João, o último dos doze apóstolos, falece, mas o alicerce já estava lançado. Roma, o mundo e a História experienciam transformações irreversíveis. A pequena semente de mostarda começa a brotar, oferecendo alívio e cura a um mundo imerso em idolatria, violência, infanticídio, especulação filosófica vazia e ocultismo. Enquanto o grande corpo do Império Romano é invadido pela violência aberta ou decadência lenta, uma religião humilde e pura se insinua gentilmente na mente dos homens, cresce silenciosamente e obtém novo vigor da oposição, erguendo, por fim, a triunfante bandeira da cruz sobre as ruínas do Capitólio, uma das sete colinas de Roma.

Martyrium dos cristãos como espetáculo: uma narrativa de perseguição



Lembrai-vos da palavra que vos disse: Não é o servo maior do que o seu SENHOR. Se a mim me perseguiram, também vos perseguirão a vós; se guardaram a minha palavra, também guardarão a vossa. (Jo 15. 20)

#paratodosverem: Imagem em tons de cinza de um relvado iluminado pelo sol. Uma pessoa está ajoelhada e com a cabeça encostada em uma alta cruz.

A admoestação de Jesus em João 15.20 antecipa o inevitável conflito para o emergente grupo cristão. Sua vida pura, fé incomum e zelo perturbam o paganismo, resultando em diversas acusações contra os cristãos. Em 64 d.C., Roma foi incendiada, possivelmente por Nero, que, para desviar a culpa, a atribuiu aos cristãos. Isso iniciou uma onda de perseguição e morte sobre a Igreja na cidade. Inicialmente, prenderam aqueles que se confessavam cristãos. Posteriormente, uma multidão inumerável, influenciada pela denúncia feita aos cristãos, não apenas os persegue sob a suspeita de causarem o incêndio, mas os considera inimigos da humanidade. O suplício desses cristãos foi acompanhado de insultos, seja sendo cobertos com peles de animais ferozes para serem devorados por cães, crucificados ou queimados à noite, servindo como tochas. Nero ofereceu seus jardins para esse espetáculo.

Isso representou apenas o início de uma longa série de perseguições, predominantemente promovidas pelo Estado, visando extinguir a chama iniciada no Pentecoste. Líderes como Domiciano, Trajano, Adriano, Antonino Pio, Marco Aurélio e Décio instrumentalizaram a destruição da Igreja Cristã como parte de suas políticas. Os cristãos enfrentaram queimações, crucificações, decapitações e exposições às feras no Coliseu. No entanto, assim como no Egito, "quanto mais os afligiam... tanto mais se multiplicavam e se espalhavam" (Êx 1.12). Por volta do ano 200 d.C.,

Tertuliano, grande apologista cristão de Cartago, comunicou ao imperador que, embora recentes, os cristãos permeavam todos os estratos do domínio imperial, demonstrando solidificação diante da oposição.

As perseguições

O judaísmo, reconhecido como religião legal pelo império Romano, desfrutava de imunidade à censura, beneficiando-se do privilégio de ser a religião oficial para todas as existentes no império, graças à Pax Romana. Contudo, à medida que o cristianismo consolidava sua autonomia, afastando-se do judaísmo, o Estado iniciou perseguições devido a uma lei que proibia novas religiões, temendo distúrbios sociais provenientes de incursões religiosas. Cícero, em "De Legibus II, 8", sustentava: "Ninguém tenha deuses particulares, nem novos, sem aprovação estatal" (Cicero, 1961). O marco inicial ocorreu em 64 d.C., quando Nero incendiou Roma e culpou os cristãos, desencadeando perseguições e mortes. Esse episódio foi um prelúdio do que se seguiria nos séculos subsequentes. Até 250 d.C., as perseguições, inicialmente locais e esporádicas, evoluíram para uma abrangência generalizada e constante.

Diversos fatores contribuíram para essa longeva onda de perseguição, estendendo-se por mais de dois séculos, destacando-se:

Implicações políticas na perseguição aos cristãos

No início do império, consolidando o fim da república, emergiu um regime político pautado no absolutismo teocrático. O Estado mantinha uma ligação intrínseca à religião, atribuindo aos deuses todos os triunfos, inclusive os imperadores adotavam o título de "Augustus," denotando sua divindade. Por legislação, súditos eram compelidos a prestar culto ao imperador, e a estabilidade política era contingente à unidade religiosa. Qualquer religião insurgente contra a estabelecida pelo Estado era considerada anárquica e hostil a César. Intrigantemente, os imperadores que lidavam mais severamente com os cristãos eram reputados como os melhores administradores do império: Trajano, respeitador das instituições civis; Adriano, contribuidor para o aprimoramento do direito romano; e Marco Aurélio, notório por seu espírito de justiça.

Influências religiosas na perseguição cristã

A religião em Roma caracterizava-se por sua natureza sincrética. A cada conquista imperial, absorvia-se não apenas a cultura, mas também a religião do povo subjulgado. Diversidade de divindades atendia a diferentes preferências. Os cidadãos eram compelidos a oferecer incenso às imagens divinas e prestar tributo. Em oposição, os cristãos sustentavam a convicção na existência de um único Deus, recusando adoração a qualquer objeto material. Essa postura frequentemente resultava em acusações infundadas de ateísmo.

Considerações sociais e econômicas na perseguição cristã

O cristianismo preconizava a igualdade entre todos, conquistando a simpatia das camadas mais desfavorecidas, especialmente os escravos. Diante do temor da influência cristã na estrutura social, muitos aristocratas, resistentes à mudança do modelo vigente, engajaram-se em uma campanha difamatória contra a religião cristã, percebendo uma ameaça a seus lucros provenientes da exploração das crenças populares. Na sociedade romana dividida entre patrícios, plebeus e escravos, essa novidade representava uma ameaça ao status quo. Além disso, boatos populares difamatórios contra os cristãos proliferavam, variando desde a alegação de adoração de um asno até acusações de práticas como canibalismo e incesto. Vejam o que Earle E. Cairns diz:

O sigilo dos encontros cristãos também suscitou ataques morais contra eles. (...) O entendimento equivocado sobre o 'comer e beber' os elementos que representavam o copo e o sangue de Cristo geraram rumores de que os cristãos matavam e comiam crianças em sacrifício ao seu Deus. A expressão 'beijo da paz' foi logo transformada em acusações de incesto e outras formas de conduta imoral que causavam repugnância à sofisticada mente romana. Pouca diferença fazia se esses boatos eram verdadeiros ou não. (Cairns, 2008)

A primeira perseguição, sob o governo de Nero (64 d.C.)

Durante algum período, Nero exibiu tolerância em relação à religião cristã, contudo, nos últimos anos de seu governo, sua postura mudou drasticamente. Suas ações insanas revelaram a verdadeira natureza de seu governo, culminando no assassinato de sua própria mãe, irmãos e mulheres.

Em Roma, os cristãos, perseguidos pelo imperador, foram culpados pelo grande incêndio que devastou a cidade. Essa perseguição, possivelmente influenciada por Nero, transformou os cristãos em bodes expiatórios, sendo martirizados os apóstolos Paulo e Pedro. A figura de Nero foi interpretada por muitos cristãos como um anticristo.

A segunda perseguição, sob o governo de Domiciano (96 d.C.)

Se a perseguição sob Nero foi desumana, Domiciano a superou em crueldade. Apesar de curta, essa fase foi intensamente violenta, resultando na morte de Flávio Clemente, primo de Domiciano, e no exílio de sua esposa. Baseada na acusação de ateísmo, por recusa dos cristãos em participar do culto imperial, essa perseguição levou o apóstolo João ao exílio na Ilha de Patmos.

A terceira perseguição, sob o governo de Trajano (98-117 d.C.)

Trajano, mantendo a política de seus antecessores, adotou uma abordagem mais amena em relação aos cristãos. Embora o cristianismo permanecesse uma religião ilícita, os cristãos não eram mais perseguidos sem denúncias específicas.

A correspondência entre Plínio, governador da Bitínia, e Trajano destaca esse período. Nessa fase, ocorreram as mortes de Simão, irmão de Jesus, e Inácio, lançado às feras.

A quarta perseguição, sob o governo de Adriano (117-138 d.C.)

As perseguições persistiram, mantendo a moderação vista no governo de Trajano. Apesar disso, muitos mártires surgiram, e os judeus também foram alvo de perseguição devido à insurreição liderada por Bar Kochba. Durante esse período, Aristides, filósofo cristão, dirigiu uma apologia da religião cristã ao imperador.

A quinta perseguição, sob o governo de Antonino, o Pio (138-161 d.C.)

Nesse governo, os cristãos experimentaram um período de tranquilidade, apesar de casos esporádicos de perseguição. Contudo, tiveram a liberdade de propagar o evangelho para várias partes do império. Policarpo, considerado um dos pais da Igreja, foi martirizado durante essa fase.

A sexta perseguição, sob o governo de Marco Aurélio (161-180 d.C.)

Após um intervalo de paz, os cristãos foram novamente alvo de perseguição sob o governo do filósofo Marco Aurélio. A justificativa, sob o pretexto de manter a paz do Estado, resultou em perseguições notáveis, como a dos mártires de Lião e Viena. Filósofos cristãos, incluindo Justino, Aristides, Atenágoras, Melitão de Sardes, defenderam a fé através de escritos ao imperador. Durante esse período, Justino, o mártir, encontrou a morte, e Celso, filósofo platônico, elaborou um tratado erudito contra o cristianismo chamado de "Verdadeiro logos".

A sétima perseguição, sob o governo de Setímio Severo (193-211 d.C.)

Setímio Severo, inicialmente favorável aos cristãos, encerrou sua benevolência por volta de 202 d.C. Os cristãos no norte da África sofreram particularmente com a crueldade das perseguições. Apesar das defesas jurídicas do advogado e apologista cristão Tertuliano, muitos mártires surgiram, incluindo o notório martírio das cristãs Perpétua e Felicidade. O número de conversões superou significativamente o número de mártires, levando Tertuliano a afirmar que o sangue dos cristãos era a semente da Igreja.

A Oitava Perseguição, sob o Governo de Maximíno (235-238)

Embora curto, o governo de Maximíno foi marcado por uma intensa perseguição aos cristãos, rivalizando com seu predecessor, Alexandre, que foi pacífico em relação à religião cristã. Esse período testemunhou uma nova onda de martírios, regando a terra com o sangue dos mártires cristãos.

A nona perseguição, sob o governo de Décio (249-251)

Nesse período, o império romano enfrentou desafios, incluindo invasões bárbaras. Décio tentou reviver o culto imperial e a adoração aos deuses, emitindo decretos que autorizavam o sacrifício público dos cristãos. Diante da recusa cristã, uma nova onda de execuções varreu o império, resultando na morte do teólogo Orígenes.

A décima perseguição, sob o governo de Valeriano (253-260)

Valeriano ultrapassou seu antecessor em crueldade, proibindo os cristãos de cultuar e visitar catacumbas. A recusa ao sacrifício resultava em morte, confisco de bens, banimento e trabalho forçado. O bispo Cipriano estava entre os executados durante esse regime.

A última perseguição imperial, sob o governo de Diocleciano (284-305)

Essa foi a mais longa das perseguições, estendendo-se por uma década. Diocleciano, com o apoio de aliados, ordenou a destruição de igrejas, escritos sagrados e a prisão de líderes cristãos. As perseguições abrangeram todo o império, exceto na região da Gália, onde residia o imperador Constantino. Os cristãos foram caçados e exterminados durante esse período.

A interação entre a Igreja e o Estado



A compreensão das relações entre a Igreja e o Estado, no contexto pós-liberdade religiosa outorgada por Constantino, demanda uma análise atenta dos desafios políticos enfrentados pelo imperador nesse período.

#paratodosverem: A cúpula da Basílica de São Pedro, no Vaticano, com a cruz no topo em um céu azul e limpo.

O século da revolução, que viu a ruína da República Romana entre 133 e 31 a.C., cedeu lugar ao principado estabelecido por Augusto após subjugar o exército de Antônio. Este arranjo, em que o imperador, como príncipe, compartilhava o poder com o senado, revelou-se frágil diante das ameaças internas e externas, incluindo a presença de bárbaros nas fronteiras do império. A estabilidade inicial do principado foi sucedida por um século de revolução entre 192 e 284, quando Diocleciano reorganizou o império em bases autocráticas, inspiradas nos despotismos orientais, visando preservar a cultura greco-romana.

Diante da percepção de que o cristianismo representava uma ameaça a essa cultura, Diocleciano empreendeu uma infrutífera tentativa de erradicá-lo entre 303 e 305. Seu sucessor, Constantino, adotou uma abordagem mais astuta, reconhecendo que a força bruta não poderia erradicar o cristianismo, optando, assim, por utilizar a Igreja como aliada na preservação da cultura clássica.

O processo de consolidação entre a Igreja e o Estado teve início quando Constantino assegurou o controle total do governo, embora, oficialmente, compartilhasse o poder com seu co-imperador, Licínio, entre 311 e 324. As decisões cruciais do Estado eram, no entanto, predominantemente tomadas por Constantino.

Constantino, nascido em 274 e falecido em 337, era o filho ilegítimo de Constâncio, um líder militar, com Helena, uma mulher livre cristã do Oriente. A visão de uma cruz no céu durante uma batalha em 313, acompanhada da inscrição "com este sinal, vencerás" em latim, foi interpretada por Constantino como um presságio favorável. Mesmo que a autenticidade da visão seja questionável, é evidente que o favorecimento da Igreja por Constantino era uma estratégia calculada. Percebendo na Igreja um potencial centro de unidade capaz de preservar a cultura clássica e o império, Constantino adiou seu batismo até pouco antes da morte e manteve a posição de Pontifex Maximus, o principal sacerdote da religião pagã do Estado. A execução de um jovem que poderia reivindicar o trono sob seu comando levanta dúvidas sobre a sinceridade de sua fé cristã. Seja por superstição ou sagacidade política, Constantino inaugurou uma política de favorecimento à Igreja Cristã.

Em 313, Constantino e Licínio garantiram à Igreja a liberdade de culto por meio do Edito de Milão. Nos anos subsequentes, Constantino promulgou diversos editos que permitiam a recuperação de propriedades confiscadas, o subsídio da Igreja pelo Estado, a isenção do clero do serviço público, a proibição de adivinhações e a consagração do "Dia do Sol" (domingo) como um dia de repouso e culto. Sua liderança teológica no Concílio de Nicéia, em 325, durante a controvérsia ariana, reforçou seu papel central na Igreja. Apesar de os cristãos representarem menos de um décimo da população do Império nesse período, exerceram uma influência significativa no Estado.

Além de beneficiar a Igreja e integrá-la aos serviços do Império, Constantino fundou Constantinopla em 330, contribuindo para a divisão entre Oriente e Ocidente e, posteriormente, para o Cisma de 1054. Esse ato preservou a cultura greco-romana quando o Ocidente sucumbiu às tribos germânicas no século V. Constantinopla tornou-se o epicentro político do Oriente, enquanto o bispo de Roma, após 476, assumiu um papel político além do espiritual.

Os filhos de Constantino mantiveram a política de favorecimento à Igreja, colocando o paganismo na defensiva por meio de editos que proibiam sacrifícios e frequência a templos pagãos. No entanto, a ascensão de Juliano ao trono em 361 reverteu temporariamente esse progresso, com a restauração da liberdade de culto e o desfavorecimento à Igreja. A breve duração de seu reinado evitou danos duradouros à Igreja.

Subsequentes imperadores continuaram a garantir privilégios à Igreja, culminando com Teodósio, que, em 380, promulgou um édito declarando o cristianismo como a religião exclusiva do Estado, punindo qualquer desvio com ações estatais. Em 392, o Edito de Constantinopla proibiu o paganismo, e, em 529, Justiniano encerrou definitivamente a escola de filosofia de Atenas.

Ao revisitar a transformação do cristianismo, de uma seita de poucos seguidores a religião oficial do vasto Império Romano, observa-se que, com a vantagem retrospectiva, essa marcha vitoriosa foi ambivalente para a Igreja. Apesar da elevação moral da sociedade e de conquistas significativas, como o reconhecimento da dignidade da mulher e a

abolição dos espetáculos de gladiadores, a associação com o Estado trouxe consigo desvantagens. O governo, em troca de privilégios e proteção, sentia-se no direito de intervir em assuntos espirituais e teológicos, gerando um conflito duradouro entre Igreja e Estado. Infelizmente, a Igreja, ao adquirir poder, tornou-se uma perseguidora arrogante, refletindo, em certa medida, as atitudes autoritárias das autoridades religiosas pagãs do passado.

Patrística: os Pais Apóstolos



Figura 7 - Pergaminho antigo

Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Um rolo de pergaminho com escritas antigas e ininteligíveis.

Identidade e significado dos Pais da Igreja

A designação "pais" atribuída historicamente a certos líderes cristãos originou-se da reverência que muitos devotavam aos bispos dos primeiros séculos, carinhosamente chamados de "pais" em virtude de seu amor e dedicação à Igreja. Contudo, essa nomenclatura foi posteriormente "sacralizada" pelos escritores eclesiásticos, e por volta de 1073, Gregório VII reivindicou com exclusividade o título de "Papa", que traduz literalmente como "Pai dos pais".

A origem desse termo remonta ao século II, na Igreja do Ocidente. Os "pais apostólicos", homens que mantiveram contato direto com os apóstolos ou foram mencionados por estes, são especialmente destacados nesse contexto. Essa designação é regularmente aplicada a três figuras notáveis: Clemente de Roma, Inácio e Policarpo, com ênfase especial neste último, cujas interações diretas com os apóstolos são documentadas.

O final do século I testemunhou a morte do último apóstolo, João, em Éfeso, encerrando assim a era apostólica. Deus, antecipando essa transição, havia preparado líderes capazes para orientar seu rebanho. Inicia-se, então, um novo período para a Igreja, marcado pelo intenso desenvolvimento do pensamento cristão no período pós-apostólico. Destaca-se a importância de analisar as doutrinas dos "pais da Igreja", responsáveis pelo povo de Deus e pela teologia que fundamentou a Igreja até os dias atuais, entre os séculos II e VIII. Clemente de Roma, Clemente de Alexandria, Inácio de Antioquia, Policarpo, Justino (o mártir), Irineu de Lião, Orígenes, Tertuliano, entre outros, desempenharam um papel crucial na transmissão dos ensinamentos bíblicos, contribuindo significativamente para a fé, virtude e zelo da Igreja da época.



Atenção

Embora dedicados e fiéis, esses homens não estavam imunes a erros, alguns dos quais os conduziram a serem considerados hereges, a exemplo de Orígenes, cujos ensinamentos foram condenados pelo II Concílio de Constantinopla em 553.

A maioria dessas obras foi redigida em grego e latim, embora registros doutrinários em aramaico e outras línguas orientais também sejam encontrados. Desse modo, a patrística, corpo doutrinário consolidado pelos primeiros pais da Igreja, permeia toda a literatura cristã produzida entre os séculos II e VIII.

Síntese abrangente da Patrística

O conteúdo do evangelho, fundamentando a fé cristã nos primórdios do Cristianismo, era um conhecimento salvífico revelado, desprovido de uma filosofia subjacente. Diante do embate contra o paganismo greco-romano e as heresias surgidas entre os próprios cristãos, os pais da Igreja se viram compelidos a utilizar o pensamento racional, alinhado à filosofia grega clássica, como instrumento para conferir coesão lógica à doutrina cristã.

O Cristianismo romano conferia primazia à fé, enquanto na Igreja oriental, cujo epicentro era a Grécia, a razão filosófica desempenhava um papel mais amplo e profundo. A literatura patrística inicial abordava relatos de martírios, como a "Paixão de Perpétua e Felicidade," escrito em Cartago por volta de 202 d.C., durante o período em que Perpétua, a nobre autora, aguardava execução por se recusar a renegar a fé cristã. No século II e III, surgiram relatos apócrifos romantizados sobre a vida de Cristo e os feitos dos apóstolos.

No meio do século II, os cristãos passaram a escrever para justificar sua lealdade ao Império Romano e combater as ideias gnósticas consideradas heréticas. Autores proeminentes desse período incluem Justino (o mártir), Taciano, Atenágoras e Teófilo de Antioquia. O século III viu o florescimento de pensadores como Orígenes, que elaborou o primeiro tratado coerente sobre as principais doutrinas da teologia cristã; Clemente de Alexandria, defensor da filosofia como algo consentido por Deus em sua obra "Stromata"; e Tertuliano de Cartago. Após o Concílio de Nicéia em 325, o Cristianismo deixou de ser uma crença de uma minoria perseguida para se tornar a religião oficial do Império Romano. Nesse contexto, Eusébio de Cesaréia se destacou como autor principal. No século IV, Gregório Nazianzeno, Gregório de Nissa e João Damasceno figuraram entre os últimos gregos notáveis.

Os principais expoentes da patrística latina foram Ambrósio, Jerônimo (tradutor da Bíblia para o latim) e Agostinho, considerado o filósofo mais influente nesse período. Além de sistematizar as doutrinas fundamentais do cristianismo, Agostinho desenvolveu teses que serviram como base para a filosofia cristã por muitos séculos. Temas cruciais abordados por ele incluíram as relações entre fé e razão, a natureza do conhecimento, o conceito de Deus e da criação, a problemática do mal e a filosofia da história.

Classificação dos Pais da Igreja

A categorização dos "pais da Igreja" pode ser realizada em três grupos principais: pais apostólicos, pais apologistas e pais polemistas. Entretanto, é crucial notar que muitos deles podem se encaixar em mais de uma categoria, dado o amplo espectro de literatura produzida para edificação e defesa do Cristianismo, adaptando-se às circunstâncias emergentes. Tertuliano, por exemplo, é considerado o pai da teologia latina, abrangendo múltiplas categorias. Desta forma, apresentamos as seguintes classificações:

Pais Apostólicos

Esta categoria engloba aqueles com relação mais ou menos direta com os apóstolos, que escreveram com o propósito de edificar a Igreja, geralmente entre o primeiro e o segundo século. Entre os mais destacados estão Clemente de Roma, Inácio de Antioquia, Papias e Policarpo.

Pais Apologistas

Com atuação predominantemente no segundo século, estes pais empregaram suas habilidades literárias para defender o Cristianismo diante das perseguições estatais. Alguns dos mais notáveis incluem Tertuliano, Justino (o mártir), Teófilo e Aristides.

Pais Polemistas

Este grupo de pais dedicou-se incansavelmente à defesa da fé cristã contra as falsas doutrinas surgidas dentro e fora da Igreja, geralmente situados no terceiro século. Entre os proeminentes estão Irineu, Tertuliano, Cipriano e Orígenes.

No próximo tópico, analisaremos mais detalhadamente os pais mais proeminentes desta rica tradição patrística

Breves biografias dos Pais Apostólicos

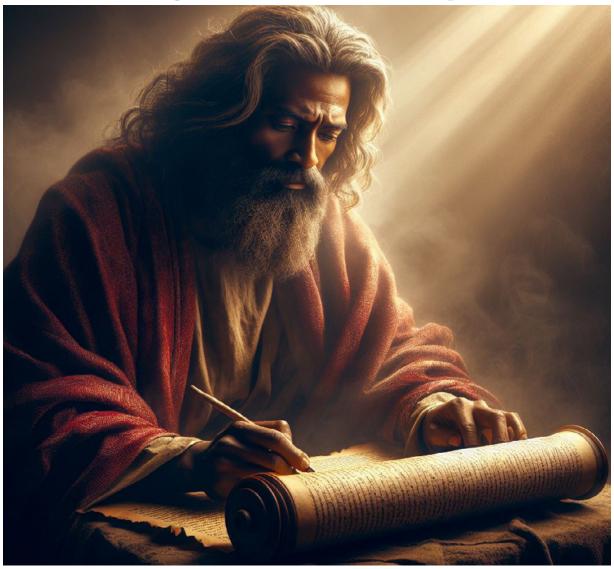


Figura 8 - Pai Apostólico escrevendo uma epístola

Fonte: Imagem gerada em IA

#paratodosverem: Ilustração realista de um apóstolo, com vestes vermelhas, sentado e escrevendo em um pergaminho.

Clemente de Roma (30 - 100)

Diversas conjecturas têm sido formuladas na tentativa de identificar Clemente de Roma. Para alguns, sua linhagem estaria ligada à família real; para outros, era um colaborador próximo do apóstolo Paulo. Há, ainda, sugestões de que tenha sido o autor da **Epístola aos Hebreus**. As informações disponíveis sobre Clemente variam desde relatos lendários até testemunhos fidedignos, sendo aceita por alguns pais, como Orígenes, Eusébio de Cesaréia, Jerônimo e Irineu de Lião, sua identificação como colaborador de Paulo.

A obra proeminente de Clemente consiste em uma carta redigida em grego, endereçada aos crentes de Corinto, situada cronologicamente no final do reinado de Domiciano (81-96) ou início do reinado de Nerva (96-98). Esta carta aborda primariamente a temática da ordem e paz na Igreja, ressaltando a noção de que os crentes formam um corpo em Cristo, enfatizando a necessidade da unidade nesse corpo, evitando desordens, pois Deus preconiza a ordem em suas alianças. Clemente ainda utiliza a analogia da adoração ordenada em Israel e o princípio apostólico de seguir homens de reputação.

Inácio de Antioquia (xxx – 117)

Apesar de ser de Antioquia, o nome Inácio, derivado do latim "igne" (fogo) e "natus" (nascido), destaca sua paixão por Cristo. Após a morte de Evódio, primeiro bispo de Antioquia, Inácio foi designado segundo bispo dessa influente cidade. Escreveu diversas epístolas às igrejas asiáticas, abrangendo Éfeso, Magnésia, Trales, Filadélfia, Esmirna, e Roma. Sua carta à igreja de Roma visava garantir que seus irmãos não impediriam seu martírio durante o reinado de Trajano (98-117).

Contextualização Histórica sobre Antioquia

Fundada por Seleuco Nicátor por volta de 300 a.C., Antioquia, denominada Antiokkeia (cidade de Antíoco), emergiu como capital do império selêucida e um destacado centro no Oriente helenístico. Tomada pelos romanos cerca de 64 a.C., conservou sua autonomia como cidade livre, sendo a terceira mais significativa no Império, após Roma e Alexandria. Antioquia chegou a abrigar 500 mil habitantes, sendo evangelizada pelos apóstolos Pedro, Paulo e Barnabé. Tornou-se uma metrópole religiosa, sede patriarcal e palco de diversas controvérsias teológicas, incluindo o arianismo, monofisismo e nestorianismo. Era considerada a igreja-mãe do Oriente.

Policarpo (69-159)

Informações precisas sobre a infância, família e formação de Policarpo são escassas, contudo, documentos históricos permitem uma reconstrução de sua personalidade. Discípulo do apóstolo João, amigo e mentor de Ireneu, e contemporâneo de Inácio, Policarpo foi consagrado bispo da igreja de Esmirna.

Sua única epístola sobrevivente, direcionada aos filipenses, exorta à prática de uma vida virtuosa, repleta de boas obras e firmeza na fé em nosso Senhor Jesus Cristo. Policarpo, conhecido por seu estilo informal, incorpora 34 citações do apóstolo Paulo, evidenciando sua familiaridade com as epístolas paulinas.

Além disso, testemunhos de Eusébio e Ireneu destacam a proximidade de Policarpo com testemunhas oculares do evangelho, e Tertuliano afirma que Policarpo foi ordenado bispo pelas mãos do próprio apóstolo João.

O Martírio de Policarpo

O martírio de Policarpo é registrado um ano após sua morte, em uma carta enviada pela Igreja de Esmirna à Igreja de Filomélio, constituindo o martirológio cristão mais antigo. Confrontado pelo procônsul romano Antonino Pius e autoridades civis, que buscavam persuadi-lo a renunciar à fé, mesmo em idade avançada, Policarpo recusou com autoridade, proclamando:

Sirvo a Cristo há 86 anos, e Ele nunca me fez mal. Como posso blasfemar contra meu Rei, que me salvou? Eu sou um crente!

Justino - O Mártir (100-170)

Flávio Justino Mártir, nascido em Siquém, Palestina, no início do segundo século, sacrificou-se como mártir em 170. Explorou diversas escolas filosóficas em busca da verdade, transitando pela peripatética, estóica e pitagórica, antes de abandonar o platonismo e converter-se ao cristianismo.

Reverenciado como o mais proeminente defensor das verdades cristãs contra os preconceitos pagãos em sua época, Justino, embora leigo, é considerado o primeiro pai apologista da Igreja, sucedendo os primitivos pais apostólicos.

Fundou uma escola em Roma para ensinar a doutrina cristã, dedicandose ao apostolado nos meios cultos. Das muitas obras escritas, apenas três chegaram até nós: duas apologias, "**Contra os pagãos**" e "**Diálogo com o judeu Trifão**".

Justino foi decapitado após ser açoitado.

Ireneu (130-200)

Nascido em Esmirna, Ásia Menor, em 130, Ireneu, de origem grega e proveniente de uma família cristã, foi influenciado pela pregação de Policarpo, bispo de Esmirna. Mais tarde, mudou-se para Gália, no sul da França, tornando-se presbítero em Lyon após o martírio do bispo em 177.

Recebendo influências de Justino, Ireneu serviu como uma ponte entre as teologias grega e latina, em um contexto contemporâneo a Tertuliano. Enquanto Justino era principalmente um apologista, Ireneu destacou-se na refutação de heresias e exposição do cristianismo apostólico. Sua obra mais significativa concentrou-se na literatura polêmica contra o gnosticismo.

5.6 Tertuliano de Cartago (155-220)

Nascido por volta de 150 d.C. em Cartago, no nordeste da África, Tertuliano, possivelmente residente ao longo de sua vida em sua cidade natal, embora algumas interpretações sugiram uma possível estadia em Roma, era originalmente advogado. Aos quarenta anos, converteu-se ao cristianismo, direcionando suas habilidades jurídicas para a defesa da fé ortodoxa contra pagãos e hereges.

Tertuliano emergiu como um fervoroso defensor das doutrinas ortodoxas da Trindade e da natureza de Jesus Cristo. Suas concepções teológicas foram formadas durante a controvérsia com Práxeas, que defendia uma visão unicista. Em vigorosa oposição, Tertuliano rejeitou essa perspectiva, argumentando que, se fosse verdadeira, implicaria que o Pai morreu na cruz, uma concepção que considerava imprópria e absurda.

Orígenes (185-254)

Orígenes, nascido por volta de 185 ou 186 d.C., provavelmente em Alexandria, filho de pais cristãos, destacou-se como escritor cristão de ampla erudição e proficiência na expressão grega. Após estudar Letras e adquirir familiaridade com os textos bíblicos com seu pai, vítima da repressão do imperador Setímio Severo, Orígenes assumiu a direção da Escola Catequética de Alexandria, sucedendo Clemente.

Estudou na escola neoplatônica de "Ammonios" e, em 212, viajou para Roma, onde interagiu com o sábio cristão Hipólito. Orígenes organizou uma escola de exegese bíblica em Alexandria, contribuindo significativamente para o aprimoramento do conhecimento nas igrejas.

Apesar de enfrentar controvérsias devido à sua castração voluntária, continuou sua jornada acadêmica em Cesaréia, na Palestina, sobrevivendo às perseguições durante o governo de Décio. O falecimento de Orígenes ocorreu em Tiro, com a data exata sendo incerta.

Ele foi um dos membros mais proeminentes da escola de Alexandria e um notável estudioso dos filósofos gregos.

Cipriano (200 – 258)

Cipriano, conhecido como Tharsius Caecilius Cyprianus, converteu-se em 246 d.C. e, em 249 d.C., ascendeu à posição de bispo de Cartago, no Norte da África.

Liderou seu rebanho por uma década durante a severa perseguição do imperador Décio e desempenhou papel crucial durante uma epidemia em Cartago, sustentando moral e espiritualmente a cidade.

Cipriano engajou-se na controvérsia sobre o batismo e a ordenação realizados por hereges, defendendo que tais cerimônias eram inválidas devido ao desacordo com a ortodoxia. Essa discordância com Estêvão, bispo de Roma, resultou em um cisma, enquanto Cipriano convocou um concílio no Norte da África para resolver a disputa.

Seus escritos, abrangendo 82 cartas, tratam de questões pastorais e contemporâneas. Cipriano morreu como mártir, decapitado, em 14 de setembro de 258 d.C., durante a perseguição do imperador Valeriano.

Eusébio de Cesareia (265-339)

Foi o imperador Constantino quem encarregou Eusébio de Cesareia de narrar os primórdios do cristianismo, culminando com a adesão imperial de Constantino a Cristo. Durante o século III, a ortodoxia figurava entre várias expressões cristãs, consolidando-se talvez durante o período de Eusébio (Johnson, 2001 pg. 69).

Eusébio é autor de obras significativas, incluindo "**História Eclesiástica" e** "**Vida de Constantino**".

Atanásio (300-373)

Atanásio, destacado apologista e doutor da igreja, travou uma vigorosa batalha contra a doutrina arianista no Concílio de Nicéia (325), enquanto ainda era diácono. Ele desempenhou papel fundamental ao enfatizar a interpretação homoousiana (da mesma substância) na relação entre Pai e Filho. Em 328, tornou-se bispo, sendo exilado devido à tenaz oposição dos arianistas.

Embora tenha falecido oito anos antes do Concílio de Constantinopla, deixou um legado significativo, evidenciado por obras como "**Contra os pagãos e sobre a encarnação do Verbo**" e "**Contra os arianos**". Seu compromisso na luta contra os hereges tornou-se um exemplo notável de zelo doutrinário, e seus ensinamentos solidificaram-se como uma coluna da ortodoxia.

Jerônimo (345-420)

Erudito nas Escrituras e tradutor da Vulgata, conhecida como a "**Bíblia do Povo**", Jerônimo nasceu por volta de 345 em Aquiléia (Veneza), Itália.

Algo importante a relatar é que Jerônimo traduziu a Vulgada a partir da Septuaginta e não do texto hebraico original. E o que seria a Septuaginta?

A Septuaginta (LXX) é a tradução do Antigo Testamento feita entre 200 a 150 a.C., por uma equipe de 70 judeus. Embora a tradução tenha sido realizada a partir do texto hebraico, foram acrescentados vários outros livros religiosos, escritos em grego, que circulavam entre judeus. (Gaisler, 1997 pg. 196-213)

Embora os detalhes de sua conversão sejam escassos na história, sabemos que foi batizado aos dezenove anos. Sua juventude foi dedicada ao estudo de línguas e filosofia em Roma, seguido por uma peregrinação de vinte anos pelo Império.

Crisóstomo (aprox. 344-407)

Criado em Antioquia, Crisóstomo, notável por sua graça e eloquência como pregador, ascendeu a patriarca em Constantinopla. Assim como outros apologistas, harmonizou o ensinamento cristão com a erudição grega, conferindo novos significados cristãos a termos filosóficos, como a caridade. Em seus sermões, advogou por uma moralidade desprovida de concessões à conveniência e paixão, além de uma caridade que conduzisse todos os cristãos a uma vida apostólica de devoção e pobreza comunal. Contudo, essa mensagem piedosa, apesar de admirável, tornou-o impopular na corte imperial e entre alguns membros do clero de Constantinopla, resultando em seu banimento e morte no exílio.

Agostinho (354-430)

Aurélio Agostinho, originário de Tagaste de Numídia, na província romana ao norte da África (atual região da Argélia), nasceu em 354. Iniciou seus estudos em sua cidade natal, seguido por Cartago, onde lecionou retórica e gramática no Norte da África e Itália.

Conhecido como o filósofo e teólogo de Hipona, Agostinho foi um polemista habilidoso, talentoso pregador, administrador episcopal competente e notável teólogo.

Ele desenvolveu uma filosofia cristã da história, inspirada no tratado filosófico "Hortensius" de Cícero. Convertendo-se ao cristianismo em Milão, Agostinho retornou ao norte da África, sendo ordenado sacerdote e, posteriormente, consagrado bispo de Hipona. Combateu a heresia maniqueísta, na qual antes acreditava, e participou de conflitos religiosos significativos, como o Donatismo e o Pelagianismo.

Suas obras mais conhecidas incluem a autobiografia "**Confissões**" (possivelmente escrita em 400) e "**A Cidade de Deus**" (413-426), na qual formulou uma filosofia teológica da história.

Os heresiarcas e suas doutrinas



Figura 9 - Bíblias em chamas Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Uma pilha de bíblias está queimando ao ar livre. O céu está cinzento e há árvores secas ao fundo.

No âmbito do cristianismo, bem como em diversas outras tradições religiosas, o termo "heresia" denota a proposição de ideias em desacordo com a doutrina estabelecida e difundida pelas autoridades eclesiásticas. Dentro do contexto cristão, a heresia configura-se como a ação de indivíduos ou grupos que se afastam do ensinamento da Palavra de Deus, abraçando e promovendo ideias próprias ou de outrem no âmbito religioso.

Heresia no pensamento contemporâneo

Surpreendentemente, práticas consideradas heréticas, como o batismo pelos mortos, têm raízes históricas que antecedem em cerca de 1600 anos a "revelação" atribuída pelos mórmons a Joseph Smith Jr. Este é apenas um exemplo entre os vários desvios doutrinários que permearam séculos e foram incorporados por seitas pseudocristãs.

A propagação de doutrinas heréticas remonta a figuras como Marcion, cuja "revelação", motivada pela necessidade de restaurar a Igreja e a rejeição ao Antigo Testamento, influenciou movimentos subsequentes. Montano, ao prever o fim do mundo em sua geração, e Sabélio, com seu modalismo distorcido, contribuíram para desvios doutrinários que persistem até hoje, especialmente entre os evangélicos.

A linha das heresias inclui Mani, com sua doutrina reencarnacionista; Ário, responsável por deturpar a natureza de Jesus; Apolinário, que negou a humanidade de Cristo; Nestório, defensor da existência de duas pessoas distintas em Cristo; Pelágio, que, em consonância com os islâmicos, rejeitou a doutrina do pecado original; e Eutiquio, que afirmou que a natureza humana de Cristo foi absorvida pela divina.

É notável constatar que as heresias combatidas pela Igreja contemporânea foram enfrentadas com veemência pela Igreja primitiva. Por meio de concílios e credos, esta última conseguiu, de uma vez por todas, preservar a fé que foi entregue aos santos. O embate histórico contra as heresias revela não apenas a vitalidade da ortodoxia, mas também o compromisso perene da comunidade cristã em salvaguardar a integridade doutrinária.

Márcion (aprox. 95-165)

Márcion, originário de Sinope, no Ponto, Ásia Menor, emergiu como uma figura influente na cristandade primitiva. Inicialmente cristão e posteriormente líder das congregações marcionitas, sua vida dedicada à fé religiosa foi marcada por prosperidade, sendo proprietário de navios.

Contudo, suas ideias progressistas levaram à sua exclusão em 144 d.C., conduzindo-o à fundação de uma escola gnóstica. Sua mente prolífica gerou diversas ideias, debatidas por apologistas como Tertuliano e Epifânio.

Apesar de buscar uma perspectiva paulina, Márcion incorporou ideias próprias e conjecturas sem respaldo bíblico. Defendendo a restauração do "puro evangelho", rejeitou o Antigo Testamento como inútil e ultrapassado, considerando-o obra de um deus inferior ao Deus do evangelho. Para Márcion, o cristianismo deveria desvincular-se completamente do judaísmo, representando uma nova revelação.

Afirmava que, através de Cristo, o Deus do Antigo Testamento foi surpreendido e teve de entregar as chaves do inferno a Cristo, enfatizando que Cristo não era Deus, mas uma emanação do Filho de Deus.

Sustentava que apenas Paulo, dentre os apóstolos, permanecera fiel ao evangelho, argumentando que a Igreja primitiva necessitava urgentemente de restauração. Márcion preconizava uma vida penitente, desencorajando o casamento, embora legal.

Entre seus ensinamentos, destacava-se a prática do batismo pelos mortos, enquanto seu cânon restringia-se a dez epístolas de Paulo e uma versão alterada do evangelho de Lucas.

Gnosticismo

A palavra gnosticismo, derivada de "gnosis" (conhecimento em grego), refere-se a uma seita que reivindicava conhecimentos secretos conferindo superioridade àqueles que os possuíam sobre os cristãos comuns.

Originado das filosofias pagãs anteriores ao cristianismo, que floresciam na Babilônia, Egito, Síria e Grécia (Macedônia), o gnosticismo integrava elementos da filosofia pagã, astrologia e mistérios das religiões gregas às doutrinas apostólicas do cristianismo, tornando-se uma influência expressiva na igreja primitiva.

A cosmovisão dualista do gnosticismo delineava um Deus supremo emanando do mundo espiritual "bom", gerando seres finitos sucessivos (Éons). Dentre esses, Sofia deu à luz o Demiurgo (Deus criador), responsável pelo mundo material "mau".

Cristãos gnósticos, como Márcion e Valentim, ensinavam que a salvação provinha desses Éons, especialmente de Cristo, que, ao se infiltrar nas trevas, transmitia o conhecimento secreto (gnosis) para libertar os espíritos cativos. Cristo, embora aparentemente humano, não assumiu um corpo, escapando das fraquezas e emoções humanas.

Evidências sugerem uma forma incipiente de gnosticismo na era apostólica, tema abordado em epístolas do Novo Testamento, principalmente na primeira epístola pastoral de João. No período patrístico, escritos apologéticos de Ireneu, Tertuliano e Hipólito condenaram o gnosticismo como movimento herético. Atualmente, as descobertas dos textos de Nag Hammadi, em 1945-6, no Egito, suscitam intensa pesquisa sobre o gnosticismo, revelando sua influência persistente em seitas e grupos ocultistas contemporâneos.

Montano (aprox. 120–180)

Cerca de 150 d.C., na Frígia, surgiu Montano, profeta cujo movimento inicialmente opôs-se ao gnosticismo, mas em breve apresentou tendências inovadoras. Suas profecias focalizavam a segunda vinda de Cristo, incentivando o ascetismo.

O movimento, enfatizando o iminente fim do mundo, esperava esse evento em sua própria geração, impondo rigorosas exigências morais como celibato, jejum e disciplina moral estrita. Enfatizava o martírio e proibia a fuga das perseguições, considerando alguns pecados imperdoáveis, independentemente do arrependimento demonstrado.

Montano autodenominou-se o Paracleto, reivindicando iniciar e encerrar o ministério do Espírito Santo. Prisca e Maximilia abandonaram seus maridos para se dedicarem à obra profética de Montano. Embora Montano tenha ocasionalmente esclarecido ser um agente do Espírito Santo, reiterava ser o próprio Consolador prometido. Sua palavra, afirmava, deveria ser observada acima das Escrituras, pois tratava-se de uma mensagem para aquele tempo do fim.

O movimento declinou no terceiro século no ocidente e no sexto século no oriente, mas seu legado, permeado de profecias, disciplinas éticas rigorosas e alegações sobre a presença do Espírito Santo, contribuiu para uma fase única na cristandade primitiva. Essa fase foi caracterizada por uma fervorosa expectativa apocalíptica e a busca por uma vida ascética, moldando a compreensão cristã da época.

Sabélio (aprox. 180-250)

Natural da Líbia, África do Norte, Sabélio viu sua jornada espiritual desdobrar-se no terceiro século após Cristo, posteriormente transferindose para a Itália e estabelecendo-se em Roma. Profundamente versado no evangelho, emergiu como um pensador respeitado em assuntos teológicos, influenciado pelo modalismo que já ecoava na África.

O modalismo, originado com Noeto em Esmirna, viu seus principais defensores, Noeto, Epógono, Cleômenes e Calixto, na África, e teve em Sabélio um defensor proeminente na Líbia, consolidando-se como sabelianismo, dada a influência intelectual de Sabélio. Sua missão era preservar o monoteísmo a qualquer custo, almejando um propósito que justificasse os meios empregados.

Sabélio propugnava a existência de uma única essência divina, rejeitando, no entanto, o conceito de três pessoas em uma única essência, que ele via como uma propensão ao culto triteísta, ou seja, à adoração de três deuses. Sua solução residia na ideia de que Deus se manifestaria em diferentes faces ou manifestações. Inicialmente como Deus Pai, responsável por gerar, criar e administrar; em seguida, como Deus Filho, mediador, redentor e

executor da justiça; e, por último, como Deus Espírito Santo, encarregado de manter as obras anteriores, sustentar e preservar. Uma única Pessoa, manifestada temporal e sucessivamente em três formas distintas.

Mani (aprox. 216 – 277)

Nascido por volta de 216 d.C., na Babilônia, Mani é considerado, por alguns, como o último representante dos gnósticos. Ao contrário de outros hereges, Mani desenvolveu-se fora do cristianismo, tornando-se um adversário do evangelho.

Seus ensinamentos buscavam uma base no cristianismo, reivindicando ser o Paracleto, o profeta final. Priorizava a purificação por meio de rituais e, em 243 d.C., obteve reconhecimento de seus ensinamentos pelo rei sassânida Ardashir, ocorrendo o que os maniqueístas denominaram de seu "pentecoste".

Por 34 anos, Mani e seus discípulos intensificaram suas atividades missionárias na Ásia Oriental, Sul e Oeste da África do Norte e Europa. Os fundamentos do maniqueísmo incluíam um Deus teísta que se revelava ao homem, utilizando diversos servos como Buda, Zoroastro, Jesus e, por fim, Mani. Seus seguidores deveriam praticar o ascetismo, evitando contribuir para qualquer tipo de morte, seja de animais ou plantas, e abster-se do casamento, optando pelo celibato. A visão dualista do universo distinguia entre duas linhas morais eternas e invictas: luz e trevas.

A redenção, segundo Mani, ocorria por meio da gnose, um conhecimento especial adquirido pelos iniciados. Entre os redimidos, havia duas categorias: os eleitos, que não podiam matar nem plantas, sendo servidos pelos ouvintes, autorizados a matar plantas, mas não animais, e muito menos consumi-los. Os eleitos ascenderiam à glória após a morte, enquanto os ouvintes passariam por um longo processo de purificação. Os ímpios continuariam reencarnando na terra. Essa doutrina recebeu considerável influência de Márcion.

Ário (aprox. 256–336)

Presbítero em Alexandria no final do terceiro e início do quarto século após Cristo, Ário foi inicialmente excluído em 313 por apoiar o cisma da Igreja no Egito. Após a morte do patriarca de Alexandria, foi reintegrado como diácono e posteriormente nomeado presbítero, quando começou a ensinar que Jesus Cristo era uma criação, desprovido dos atributos incomunicáveis de Deus, como eternidade, onisciência e onipotência. Essa posição levou a sua censura em 318 e sua exclusão em 321 d.C., mas sua influência já se propagara, encontrando aceitação entre diversos bispos orientais.

O Concílio de Niceia, em 325, ratificou a exclusão de Ário, que preparou uma resposta ao Credo Niceno, impressionando o imperador Constantino. Apesar da resistência de Atanásio, Ário foi deposto e exilado, vindo a falecer no dia em que seria recebido novamente em Constantinopla.

Apolinário (aprox. 310-390)

Apolinário, Bispo de Laodicéia da Síria nos últimos anos do quarto século, desempenhou papel destacado na reprodução das Escrituras e na oposição à perspectiva de Ário sobre a criação e a mutabilidade de Cristo.

Contudo, sua posição singular emergiu ao contrapor-se ao conceito da completa união entre as naturezas divina e humana em Jesus. Sua assertiva central residia na negação de que Jesus possuía um espírito humano, propondo, em vez disso, que o corpo humano de Cristo era manipulado pelo espírito divino. Inicialmente contrário ao arianismo, que questionava a divindade de Cristo, Apolinário via como mais viável a preservação da unidade de Cristo se o logos fosse interpretado apenas como um substituto do mais elevado princípio racional humano. Ao oporse a Ário, defendia a autêntica divindade de Cristo, buscando salvaguardar sua impecabilidade mediante a substituição do pneuma (espírito) humano pelo logos, considerando o espírito humano como a sede do pecado.

Consequentemente, Apolinário, paradoxalmente, negava a autenticidade da humanidade de Jesus Cristo. Em 381, o sínodo de Constantinopla declarou inequivocamente, juntamente com outros sínodos, que a cristologia de Apolinário era herética. Ainda assim, Apolinário formou um grupo de discípulos que perpetuou seus ensinamentos, embora o movimento tenha se dissipado em pouco tempo.

Nestório (aprox. 375-451)

Nestório, patriarca da Igreja em Constantinopla na metade do quinto século, viu-se confrontado com o desafio de erradicar as heresias em sua região, enfrentando dificuldades ao expressar sua cristologia em meio às ideias divergentes sobre a natureza de Cristo.

Algumas correntes, aparentemente, negavam a existência de duas naturezas em Cristo, propondo uma única natureza. Outros, como Teodoro de Mopsuéstia, argumentavam que a compreensão deveria iniciarse a partir da completa humanidade de Cristo, negando a residência essencial do logos em Cristo, atribuindo apenas uma residência moral. Essa perspectiva, embora recuasse das implicações de uma dupla personalidade em Cristo, enfrentou forte oposição de Cirilo, patriarca de Alexandria, resultando na condenação de Nestório pelo Terceiro Concílio de Éfeso, em 431 d.C.

O movimento nestoriano perdurou até o século XIV, adotando o nome de cristãos caldeus. A cristologia nestoriana foi prontamente aceita pela Igreja persa, atingindo seu ápice no século XIII, com cerca de vinte e cinco arcebispos e duzentos bispos. No mesmo período, surgia a Igreja Nestoriana Unida, conhecida atualmente como caldeus uniatos. Na Índia, esses seguidores são reconhecidos como cristãos de São Tomé, embora seu movimento, nos dias atuais, esteja em declínio.

Pelágio (aprox. 360-420)

Pelágio, teólogo britânico dos séculos IV e V, embora tenha levado uma vida piedosa e exemplar, encontrou resistência e, finalmente, exclusão

em diversos sínodos (Mileve e Cartago), sendo condenado no Concílio de Éfeso, em 431 d.C., devido aos seus conceitos sobre hamartiologia (doutrina do pecado).

Seus ensinamentos afirmavam a possibilidade de o homem viver sem pecar, sustentando que, apesar da queda, a imagem de Deus no homem permanece real e viva. A morte, para Pelágio, era uma companheira inevitável do homem, pecando ou não. Defendia que o ideal humano era viver em obediência.

Pelágio rejeitava a ideia de pecado original, argumentando que o pecado depende de uma ação voluntária do pecador. Propunha que, mediante uma vida digna, os homens poderiam alcançar o céu, mesmo sem o conhecimento do evangelho. A ênfase no livre-arbítrio permeava todas as suas afirmações, excluindo a doutrina da eleição. Um século após, surgiu o semipelagianismo, uma corrente que amenizava alguns dos ensinamentos mais extravagantes de Pelágio.

Eutíquio (aprox. 410-470)

Vivendo em um mosteiro nos arredores de Constantinopla durante a primeira metade do século V, Eutíquio, discípulo de Cirilo de Alexandria, exerceu grande influência ao liderar mosteiros na Igreja oriental. Opondose ao nestorianismo, Eutíquio afirmava que, na encarnação, a natureza humana de Cristo foi completamente absorvida pela natureza divina.

Acreditava que os atributos humanos foram assimilados pelo divino em Cristo, implicando que o corpo de Cristo não era consubstancial ao nosso, e que Cristo não era verdadeiramente humano no sentido estrito da palavra.

Essa postura extremista encontrou respaldo temporário no Sínodo dos Ladrões, em 449 d.C., mas foi posteriormente anulada pelo Concílio de Calcedônia, em 451 d.C. Essas assembleias foram chamadas de Sínodo dos Ladrões por desvirtuarem as características da doutrina centrada em Cristo, resultando no afastamento de Eutíquio de suas atividades eclesiásticas. Apesar disso, a Igreja egípcia continuou a apoiar Eutíquio, mantendo seus ensinamentos por algum tempo, ressurgindo posteriormente no movimento monofisista.

Cristianismo Medieval



Figura 10 - Igreja medieval

Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Vista interior de uma igreja medieval, ornamentada em dourado, com altos arcos e colunas sustentando diversas abóbadas.

No início do século V, Roma foi invadida pelos bárbaros, resultando na queda do Império Romano do Ocidente. Do século V ao X, a Igreja medieval passou por múltiplas transformações. Com Gregório I, surgiu o apogeu da supremacia do bispo de Roma, enquanto o Império Bizantino enfrentava invasões islâmicas. A arte e a religiosidade popular preservaram formas de expressão herdadas do passado.

Cristianismo Ocidental

O cristianismo medieval, agora assumindo a forma de catolicismo, transformou-se em uma combinação de superstição, ambição política, especulação vazia, imoralidade chocante e prepotência absurda. O papado, as cruzadas, relíquias, a Inquisição, a venda de indulgências e

práticas religiosas em geral são meras referências históricas de como uma instituição divina pôde corromper-se ao ponto de abandonar a direção do padrão infalível das Sagradas Escrituras.

Com exceção de grupos como Paulicianos, Valdenses, Lolardos, Hussitas e outras manifestações menos expressivas dentro desse período, a situação como um todo distanciava-se do cristianismo apostólico. As poucas luzes que brilhavam aqui e ali eram constantemente ameaçadas e sufocadas pelo despotismo papal. A despeito da existência contínua da Igreja verdadeira e de cristãos sinceros em todos os séculos, uma reforma interna era a única coisa que poderia salvar a verdadeira fé em Cristo da morte, uma reforma frequentemente proposta e muitas vezes rejeitada. Contudo, a tocha tornaria a arder.

Durante toda a era medieval, a Igreja Católica Romana manteve o monopólio religioso no Ocidente europeu. Pertencer à Igreja era uma consequência automática do nascimento de qualquer pessoa ocidental, sem lei ou costume que permitisse renúncia. A dominação espiritual da Igreja estendia-se por toda a Europa. A compreensão do papel e da influência da Igreja Católica Romana na era medieval é impossível sem entender suas doutrinas religiosas básicas.

Nesse período, o desenvolvimento litúrgico e doutrinário da Igreja foi intenso. Com a ascensão do bispo romano, a Igreja tornou-se senhora do Império. A ideia de que o poder espiritual era superior ao poder temporal já estava em vigor: com a teoria das duas espadas, os papas erigiam e depunham imperadores. A excomunhão e o interdito eram armas papais. A excomunhão não implicava apenas prejuízos espirituais; de fato, com o rei excomungado, seus vassalos ficavam libertos dos juramentos e, frequentemente, era razão suficiente para se rebelarem. Na época do imperador Pepino (o Breve), surgiram as pseudodecretais ou decretais pseudo-isidorianas (754 – 852), falsificações que incluíam a "doação de Constantino". Esse documento afirmava que o imperador havia doado todas as terras do império ao bispo de Roma como recompensa por uma cura recebida, colocando-o como "cabeça de toda a terra", tanto espiritual quanto temporalmente. Essa falsificação foi considerada autêntica até o século XV, fortalecendo o primado papal.

Com todo esse poder, a Igreja Católica Romana buscou recuperar territórios perdidos para os bárbaros e empreendeu uma grande campanha de evangelização. Apesar do zelo missionário, grandes transformações ocorreram na doutrina da igreja. A simplicidade do culto cristão deu lugar a várias inovações de caráter duvidoso. Do século IV ao século XIII, diversas doutrinas extrabíblicas foram adotadas pelo catolicismo. Aqui estão algumas delas:

- Em 431, a Igreja passa a adorar Maria como a mãe de Deus.
- Em 503, foi decretada a existência do purgatório.
- A partir de 783, teve início a prática da veneração de imagens, considerada por alguns como idolatria.
- Em 933, a Igreja estabeleceu o processo de "canonização" de santos.
- Em 1074, foi estabelecido o celibato como uma prática eclesiástica.
- A partir de 1190, começaram a conceder perdão e favores espirituais em troca de dinheiro, marcando o início dos negócios com indulgências.
- Em 1208, na missa, iniciaram a prática de elevar a hóstia para ser adorada.
- Em 1215, o papa Inocêncio III, por meio de decreto, instituiu a doutrina da transubstanciação, enfatizando grandemente a importância da missa.

Cristianismo oriental

O Cristianismo Oriental experimentou uma divisão da Igreja em relação à ocidental, conhecida como o "Grande Cisma", cujas causas não foram súbitas, mas derivaram de uma sucessão prolongada de fatores. O primeiro passo para a separação ocorreu de forma inconsciente quando Constantino transferiu a sede do Império de Roma para Constantinopla, em 330. Posteriormente, em 395, Teodósio contribuiu para a separação do Império em duas partes com líderes eclesiásticos distintos. Essa divisão foi agravada por diferenças litúrgicas e doutrinárias, como o incidente do século II relacionado à questão da Páscoa e a eleição do patriarca Fócio, que defendeu a questão do filioque, (expressão latina que significa "e do

Filho" e representa a doutrina que afirma a procedência do Espírito Santo do Pai e do Filho) severamente questionada pelo papa. Adicionalmente, a oposição política entre Constantinopla e o "Império" de Carlos Magno desempenhou um papel relevante.

O cisma, formalizado em 1054, testemunhou a excomunhão mútua entre o Papa e o patriarca oriental, dando origem a duas igrejas distintas: a Ortodoxa Grega (Oriental) e a Católica Romana (Ocidental). A cosmovisão do Cristianismo Oriental difere da ocidental, permanecendo estática tanto na doutrina quanto na liturgia, enquanto a teologia ocidental inclina-se mais para questões práticas, e a oriental, para soluções teológicas em termos filosóficos. A maioria das controvérsias religiosas entre 325 e 451 originou-se no oriente.

Enquanto a igreja ocidental se libertou do domínio imperial, a oriental permaneceu subordinada a ele. A controvérsia iconoclasta, (termo usado para definir um movimento que surgiu no Império Bizantino e que se opunha ao uso de imagens religiosas) surgida em 726 por Leão III, promoveu uma verdadeira cruzada contra o uso de imagens. A igreja ortodoxa, apesar dos conflitos, envolveu-se na missão evangelizadora, difundindo o evangelho entre búlgaros e russos. Destacaram-se teólogos como João Damasceno, considerado pelos estudiosos o Tomás de Aquino do Oriente. O impacto do islamismo no século VII, juntamente com perdas territoriais para os muçulmanos e conflitos de dois séculos sobre o uso de imagens, contribuíram para a estagnação do Cristianismo Oriental.

As cruzadas



As Cruzadas, ocorridas entre os séculos XI e XIII, representaram expedições multifacetadas de cunho religioso, econômico, social e militar, originadas na Europa, com o intuito de confrontar os hereges medievais (valdenses e albigenses) e os muçulmanos.

#paratodosverem: Um cavaleiro templário em um campo vasto, iluminado pelo sol, em tons sépia. Sua armadura tem uma cruz branca pintada e ele segura uma espada e um escudo.

Embora não fosse exclusivamente um movimento religioso, as cruzadas foram fortemente influenciadas pelo espírito religioso predominante na cristandade europeia, desdobrando-se em diferentes fatores e causas.

Dentre as causas das cruzadas, o fator religioso destaca-se significativamente. Num contexto em que a igreja católica exercia manipulação religiosa, a população encontrava-se submersa em várias superstições e crendices, incluindo a busca pela purificação da alma por meio de atos de fé e penitências. Uma dessas penitências era a peregrinação à Palestina, comprometida pela proibição dos turcos seldúcidas. Em resposta ao apelo do papa Urbano II, no concílio de Clermont, a primeira cruzada foi organizada para libertar a Terra Santados infiéis.

Além desses, podemos citar outros importantes fatores que motivaram as cruzadas:

- A tentativa do papa de unificar a igreja ocidental e oriental.
- A busca dos nobres europeus por apropriação de terras no oriente.
- A exploração de novos mercados pelas cidades italianas.
- A tentativa de solucionar o problema da explosão demográfica europeia.
- O esforço da igreja católica para expandir sua religião.

Entre 1095 e 1270, ocorreram oito cruzadas, sendo precedidas por uma precursora, liderada por camponeses leigos e desorganizados, resultando em um massacre pelas mãos dos turcos. A primeira cruzada bemsucedida, a Cruzada dos Nobres, conquistou Jerusalém em 1099, mas em 1187, a cidade retornou ao domínio muçulmano. Outras cruzadas, denominadas "dos Reis" e "Comercial," financiadas por comerciantes e reis, foram organizadas, incluindo a quarta cruzada que conquistou Constantinopla em 1204.

Destaca-se a "Cruzada das Crianças," uma empreitada desastrosa conduzida por crianças sob a premissa de suas almas puras, resultando na captura e venda das sobreviventes como escravas no Egito. Novas tentativas de cruzadas, desprovidas do caráter religioso e militar original, falharam em alcançar seus objetivos, culminando no encerramento das cruzadas em 1291 com a queda da fortaleza de São João do Acre.

A Inquisição

A Inquisição, uma instituição judicial criada na Idade Média, teve como finalidade a localização, processamento e sentença de indivíduos acusados de heresia.

Inicialmente, no século XII, como resposta à heresia albigense, o papa Inocêncio III organizou uma cruzada contra essa comunidade, embora com resultados limitados.

A formalização da Inquisição ocorreu em 1231, durante o papado de Gregório IX, com inquisidores geralmente sendo franciscanos ou dominicanos, designados diretamente pelo papa.

O apogeu da Inquisição se deu no século XIII, marcado por eventos notáveis:

- Prisciliano, um herege espanhol, foi condenado à morte pelos bispos espanhóis em 1385.
- No século X, ocorreram diversas execuções de hereges na fogueira ou por estrangulamento.
- Em 1198, o papa Inocêncio III liderou uma cruzada contra os "albigenses" no sul da França, resultando em execuções em massa.
- Oficialmente, em 1229, no Concílio de Tolouse, foi criada a Inquisição ou Tribunal do Santo Ofício, sob a liderança do Papa Gregório IX.
- Em 1252, o papa Inocêncio IV publicou o documento AD extirpanda, que preconizava a esmagamento dos hereges como serpentes venenosas, ordenando às autoridades civis queimá-los sob ameaça de excomunhão em caso de recusa.

Cronologia do horror

- Em 1208, ocorreu um grande extermínio de cristãos albaneses.
- O frade Torquemada (1420-8) supervisionou a execução de 10.200 protestantes e intelectuais, que foram queimados vivos ao longo de oito anos.

- Apenas na Espanha, 31.912 cristãos não-católicos foram mortos, 291.450 martirizados e dois milhões banidos.
- Carlos V, entre 1500-58, por ordem papal, eliminou cinquenta mil cristãos alemães. O papa Pio V (1566-72) exterminou cem mil anabatistas.
- Gregório XIII, entre 1572 e 1585, colaborou com os jesuítas para exterminar os protestantes franceses que eram conhecidos como o huguenotes, resultando na morte de milhares deles, acredita-se que o número de mortos pode ter sido de 20 a 50 mil, em um massacre que começou na noite de 24 de agosto de 1572. Esta tragédia é conhecida como o "O massacre de São Bartolomeu".
- Em 1590, o catolicismo eliminou aproximadamente duzentos mil cristãos huguenotes.
- Fernando II, monarca alemão instigado pelos jesuítas, iniciou uma guerra de extermínio aos protestantes, evoluindo de uma contenda religiosa para uma guerra política que ceifou quinze milhões de vidas (1618-48).

Métodos de tortura

Durante o período da Inquisição, diversos métodos de tortura foram empregados, destacando-se:

- A manjedoura, visando deslocar as juntas do corpo.
- Arrancamento de unhas.
- Aplicação de ferro em brasa sobre várias partes do corpo.
- Rolar o corpo sobre lâminas afiadas.
- Utilização das "botas espanholas" para esmagar pernas e pés.
- A virgem de ferro, um compartimento humano equipado com facas, dilacerando o corpo ao ser fechado.
- Suspensão violenta do corpo, amarrado pelos pés, provocando deslocamento das juntas.
- Despejo de chumbo derretido no ouvido e na boca.

- Arrancamento dos olhos.
- Açoites cruéis.
- Forçar os hereges a pular de abismos sobre paus pontiagudos.
- Obrigar os hereges a engolir partes do próprio corpo, excrementos e urina.
- A roda do despedaçamento, utilizada na Inglaterra, Holanda e Alemanha, destinada a triturar corpos de hereges.
- O "balcão de estiramento", empregado para desmembrar o corpo das vítimas.
- O "esmaga-cabeça", uma máquina que esmagava lentamente a cabeça do condenado.

A Santa Inquisição, apesar de seu nome, foi uma imensa atrocidade perpetrada pela Igreja Católica contra a humanidade, resultando na perda de muitas vidas e no derramamento de sangue inocente, tudo justificado em nome de Deus.

A escolástica

A escolástica, representando o derradeiro período do pensamento cristão medieval, abrange desde o início do século IX até o final do século XVI, compreendendo desde a constituição do Sacro Império Romano Bárbaro até o término da Idade Média, frequentemente marcada pela descoberta da América em 1492.

Este estágio do pensamento cristão medieval é denominado escolástica devido à filosofia ensinada pelos mestres nas escolas da época, conhecidos como escolásticos. As disciplinas ministradas nas escolas medievais incluíam as artes liberais, divididas em:

- **Trívio**: gramática, retórica e dialética
- Quadrívio: aritmética, geometria, astronomia e música

História da Igreja I

Historicamente, a escolástica emergiu do desenvolvimento especial da dialética e redescoberta das teorias filosóficas de Aristóteles. Obras como as de Moisés Maimônides e Isagoge de Porfírio foram adotadas por pensadores cristãos no ocidente. O escolasticismo começou a se desenvolver e evoluir através da discussão sobre a natureza dos universais, referindo-se à existência de gêneros e espécies. O pensamento filosófico resultou em uma sistematização teológica por meio de deduções e conclusões espirituais, centrando-se em razão e lógica, exercendo considerável influência na interpretação teológica da Bíblia. O método escolástico rígido continua sendo um ponto de partida na teologia sistemática católica.

A escolástica pode ser subdividida em três períodos: o agostiniano, caracterizado pela teologia filosófica neoplatônica de Agostinho; o segundo, dominado por Tomás de Aquino e sua teologia aristotélica; e o terceiro, uma retomada do agostinianismo com inclinações ao concretismo moderno.

Dois grupos distintos emergiram entre os escolásticos: os místicos, que enfatizavam o amor, a fé e o sentimento como caminhos para alcançar o ser supremo; e os dialéticos, que se baseavam na razão e na lógica filosófica para penetrar e racionalizar os mistérios divinos.

Entre os principais expoentes da escolástica destacam-se João Scoto Erígena e Pedro Damião no século XI, São Bernardo de Claraval e Anselmo de Aosta no século XII, e Pedro Abelardo no século XII, entre outros.

Antecipações da Reforma Protestante



Figura 12 - Martinho Lutero e sua tradução da Bíblia

Fonte: Freepik (2024)

#paratodosverem: Uma ilustração de Martinho Lutero, em pé, vestindo chapéu, uma túnica preta e com uma cruz pendurada na altura do peito, em frente a uma mesa com sua bíblia traduzida aberta.

Em meio à complexa turbulência que caracterizou a Idade Média, surgiram os prenúncios da Reforma Protestante.

No início do século XVI, a urgente necessidade de uma reforma abrangente dentro da Igreja Católica tornou-se evidente, sendo clamada por muitos como um remédio imperativo para curar as profundas e numerosas feridas que afligiam a instituição eclesiástica.

Este período, vivenciado pelos precursores da Reforma, ficou conhecido como a fase da "**Igreja Deformada**". Nesse intervalo, surgiram indivíduos que exerceram significativa influência sobre os reformadores. John Tauler

História da Igreja I

foi um desses expoentes. Alguns o consideram como proto-protestante, antecipando o movimento reformista. Inquestionavelmente, Lutero, o principal líder da Reforma, compreendeu a doutrina da justificação por meio das Sagradas Escrituras, sendo influenciado pelos escritos de Tauler, que dedicou esforços consideráveis à sistematização dessa doutrina.

Os precursores da Reforma eram intelectuais que expressavam suas insatisfações espirituais, não encontrando na Igreja Romana um ambiente propício para a prática de sua fé. Essas insatisfações não visavam estabelecer uma nova igreja, mas, sim, direcionar a Igreja Romana de volta à orientação da Palavra de Deus, a Bíblia Sagrada. Assim, a Reforma deve ser compreendida como um movimento interno protagonizado por "católicos" comprometidos com a Palavra de Deus.

Inicialmente, a Reforma assumiu caráter popular e, posteriormente, foi incorporada à erudição de intelectuais como John Wycliff, John Huss, Jerônimo Savanarola e William Tyndale.

Conclusão

Em conclusão, este conteúdo proporcionou uma visão abrangente e profunda sobre o nascimento e os estágios iniciais do cristianismo, desde seus primórdios até o período medieval. Exploramos as contribuições fundamentais do judaísmo, do Império Romano e da cultura grega para o desenvolvimento do cristianismo primitivo, bem como o significado da chegada do Messias.

Além disso, estudamos o cristianismo apostólico e as perseguições enfrentadas pelos primeiros cristãos, destacando as implicações políticas, religiosas, sociais e econômicas dessas perseguições ao longo dos séculos. Analisamos também a interação complexa entre a Igreja e o Estado durante esse período crucial da história cristã.

Exploramos o rico legado dos Pais Apóstolos e examinamos suas contribuições teológicas e filosóficas para a compreensão da fé cristã. Aprofundamos nosso conhecimento sobre os Pais da Igreja, incluindo suas identidades, classificações e breves biografias.

Além disso, investigamos as diversas heresias que surgiram ao longo da história do cristianismo, desde o Gnosticismo até as controvérsias envolvendo figuras como Ário, Nestório e Pelágio. Compreendemos a importância desses debates teológicos para a formação da ortodoxia cristã.

Finalmente, exploramos o contexto e os eventos do cristianismo medieval, incluindo o desenvolvimento do cristianismo ocidental e oriental, as Cruzadas, a Inquisição e a influência da escolástica.

Esperamos que este conteúdo tenha enriquecido sua compreensão da história e teologia cristãs, fornecendo uma base sólida para estudos futuros e uma apreciação mais profunda da rica tradição da fé cristã.

Material Complementar

Livro

Olson, Roger. História da Teologia cristã: 2000 anos de tradição. São Paulo, Editora Vida. 2001. https://www.amazon.com.br/Hist%C3%B3ria-Teologia-Crist%C3%A3-Roger-Olson/dp/857367766X

Neste livro Roger Olson não trabalhará tão somente a história da igreja, mas sim sua teologia, como foi o desenvolvimento da teologia diante de ataques da hereria. Este ´umlivro facíl de ler e nos instrui quanto a uma teologia sadia.

Vídeo

O CREDO DOS APÓSTOLOS- Franklin Ferreira.

https://www.youtube.com/watch?v=h0kZpjHf2wE

Normalmente muitos cristãos associam o credo apostólico ao Catolicismo Romanos, mas não é bem assim. A igreja cristã protestante também pode usar o crédulo como uma resposta a Deu sde nssa fé. Por isso é de suma importancia conhecermos sua história e a rica teologia que ele tem. Por isso, neste vídeo o pastor batista Franklin Ferreira expõe sua história e sua importância.

Artigo

A vida e o ministério de Agostinho de Hipona. Alderi Matos.

https://ministeriofiel.com.br/artigos/a-vida-e-o-ministerio-de-agostinho-de-hipona/ Neste artigo, o Dr. Alderi traça de maneira completa a vida e obra de Santo Agostinho. Este artigo é muito informativo sobre este importante pai da igreja e nos dá um entendimento de sua importância e como sua teologia foi amplamente usada na história da igreja.

Referências

FRONLICH, Roland. Curso básico de história da Igreja. Editora Paulus. OLIVEIRA, Raimundo F. de. História da Igreja. Editora EETAD. KNIGHT & ANGLIN. História do cristianismo. Editora CPAD.

CICERO, Marcus Tulius. De re publica (On the Republic), De Legibus (On the Laws). Translated by C.W. Keyes. London: William Heinemann LTD., Loeb Classical Library (n°. 213), 1961.

CAIRNS, Earle E. O cristianismo através dos séculos. Editora Vida Nova. 2008.

WALKER, W. História da Igreja Cristã, vol. I e II. Editora Aste.

GAISLER, L. Normam. NIX, Willian E. INTRODUÇÃO BÍBLICA: Como a Bíblia chegou até nós. Editora Vida. 1997.

SILVA, Francisco de Assis. História geral, vol. I. Editora Moderna. FALBEL, Nachman. Heresias medievais. Editora Perspectiva.

JOHNSON, Paul. História do cristianismo. Rio de Janeiro. Imago Editora: 2001.

HAMMAN, A. Os padres da igreja. Editora Paulinas. CESARÉIA, Eusébio de. História eclesiástica. Editora CPAD.

PALMER, Michael. Panorama do pensamento cristão. Editora CPAD. PERES, Alcides Conejeiro. A Inquisição. Editora CPAD. FRANGIOTTI, Roque. História das heresias. Editora Paulus.

Revista Defesa da Fé. Edição especial, n°51, 2002.

1Dicionário de religiões, crenças e ocultismo, George A. Mather & Larry A. Nichols, editora Vida, 2000, p. 175-6.

